

O ESTADO BRASILEIRO E A POLÍTICA EDUCACIONAL DOS ANOS 90

Vera Maria Vidal Peroni

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

O objetivo desta pesquisa foi o de verificarmos o modo como estão se materializando, na política educacional, as redefinições do papel do Estado nestes anos 90, tendo como pressuposto o fato de que a política educacional não é, simplesmente, determinada pelas mudanças que estão ocorrendo na redefinição do papel do Estado, mas é parte constitutiva dessas mudanças.

Pesquisamos as características peculiares a este período histórico, já que inúmeras têm sido as transformações na produção da vida material objetiva e subjetiva nesta fase particular do capitalismo, em função das mudanças que estão ocorrendo na esfera da produção, do mercado e do Estado. Esses são processos distintos, mas que fazem parte de um mesmo movimento histórico, em que o capitalismo na tentativa de superar sua crise¹, estabeleceu como estratégias principais o neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva.

O conceito de Estado que trabalhamos nesta pesquisa é o Estado histórico, concreto, de classe, e, nesse sentido, Estado máximo para o capital, já que, no processo de correlação de forças em curso, é o capital que detém a hegemonia.

Redefinição do papel do Estado

¹ Essa premissa é baseada nos estudos de Chesnais (1986 e 1987), Harvey (1989), Mészáros (1996) e Antunes (1999).

No período pós-guerra, o Estado capitalista assumiu novas obrigações pois a produção em massa (fordismo²) requeria investimentos em capital fixo e condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa³. O Estado tinha o papel de controlar os ciclos econômicos combinando políticas fiscais e monetárias. As políticas eram direcionadas para o investimento público, principalmente para os setores vinculados ao crescimento da produção e o consumo de massa, que tinham também o objetivo de garantir o pleno emprego. O salário social, era complementado pelos governos através da seguridade social, assistência médica, educação, habitação. O Estado acabava exercendo também o papel de regular direta ou indiretamente os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção.

Mas, o Estado não foi mais capaz de conter as contradições inerentes ao capitalismo e a crise começa a se aprofundar no período-1965-1973⁴. A rigidez dos compromissos do Estado eram fundamentais para garantir a legitimidade, ao mesmo tempo, esta rigidez na produção restringia a expansão na base fiscal para gastos públicos. A única resposta flexível era a política monetária, através da emissão de moeda, o que intensificou a onda inflacionária.⁵

Foi neste contexto que as corporações se obrigaram a intensificar a competição, através de novas formas de racionalização da produção, reestruturação e

² Harvey situa o fordismo como um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista, em que a produção de massa significava:

- consumo de massa
- novo sistema de reprodução da força de trabalho
- nova política de controle e gerência
- nova estética
- nova psicologia

³ O Estado aqui mencionado, teve sua forma mais desenvolvida na Europa, nos chamados Estados de Bem Estar Social, onde a organização dos trabalhadores estava em um estágio mais avançado e portanto demandava maior risco para o capitalismo, principalmente no contexto de guerra-fria, da época.

⁴ Ao contrário do pensamento neoliberal que afirma que a crise está no Estado, trabalhamos com a tese de que o Estado não mais conseguiu contornar a crise do capitalismo.

⁵ Tavares (1993:12) dá-nos mais alguns elementos do contexto da crise:

as políticas de ajuste ocorridas na década de 80, depois da crise da dívida externa em 1982, fazem parte de um movimento de ajuste global que se inicia com a crise do padrão monetário internacional e os choques do petróleo da década de 70, ao lado do processo simultâneo de reordenamento das relações entre o centro hegemônico do capitalismo e os demais países do mundo capitalista. Passa também por uma derrota política do chamado socialismo real e desemboca numa generalização das políticas neoliberais em todos os países periféricos, começando pela América Latina, passando pela África e estendendo-se ao leste europeu e aos países que surgiram com a desintegração da União Soviética.

intensificação do controle de trabalho (para isso era necessário cooptar os sindicatos), assim como a aceleração do tempo de giro do capital e as fusões.

A acumulação flexível é caracterizada, conforme Harvey (1989), por setores da produção inteiramente renovados⁶, por diferentes maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, por taxas altamente intensificadas de inovações comercial, tecnológica e de organização, além de um movimento chamado, pelo autor, de compressão espaço/tempo⁷, sendo marcada, portanto, por um confronto com a rigidez do fordismo. Nesse sentido, Chesnais (1997) aponta que as políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que os Estados capitalistas adotaram a partir de 1978 ampliaram a liberdade de o capital mover-se e desdobrar-se à vontade internacionalmente.

Esta mobilidade e flexibilidade, têm conseqüências diretas sobre os trabalhadores, pois, com o crescimento do desemprego estrutural, os empregadores exercem maior pressão sobre a força de trabalho, impondo regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis. Além do desemprego estrutural, há uma redução no emprego regular e um aumento do trabalho em tempo parcial, temporário, assim como do subcontrato.

Partimos, portanto, da tese de que o capitalismo vive uma crise estrutural, e, por isso, as contradições estão mais acirradas. Neste contexto, verificamos que a ofensiva neoliberal, que se caracteriza, justamente, como uma estratégia para superação desta crise,

⁶ Isso é o que Dreifuss (1996) chama de conjunto de recursos teleinfocomputrônicos: “Um complexo teleinfocomputrônico que favorece a emergência de um novo paradigma tecnoeconômico, viabilizado por sistemas flexíveis e enxutos (lean) de produção e de serviços; de comercialização sob demanda (on demand), com logística que faz chegar os itens no tempo certo (just-on-time); de fornecimento externo (outsourcing) de sistemas, componentes e peças especializadas; de produtos individualizados e ajustados ao usuário (customized) com ‘qualidade total’ ‘falha zero; de engenharias simultâneas, de simulação e de miniaturização; e por inovações nos métodos de gestão, adestramento e aprendizado. Um complexo teleinfocomputrônico que passa a funcionar como agente de transformação tecnológica no processo de desenho, no instrumental de produção em escala, na organização da produção no sistema gerencial e até na circulação (venda, estocamento, comunicação e transporte)”.

⁷ Para Dreifuss (1996), o complexo teleinfocomputrônico, base da reestruturação produtiva, atua, inclusive, redimensionando a relação espaço /tempo: esse redimensionamento “se torna fundamental para a efetiva constituição de unidades (empresariais, governamentais, partidárias, societárias ou comunitárias) de informação e monitoramento round the clock”, que viabilizam análise, formulação, tomada de decisões e execução “global-24 horas em tempo real” através de locais de trabalho e de ação não só físicos, mas também virtuais. Isso é crucial numa percepção e concepção planetária dos eventos, na qual as diferenças de fusos horários são aproveitadas ao máximo na determinação do processamento e efetiva tomada de decisões com antecedência – em cujo contexto a população japonesa, por exemplo, pode ler, diariamente, o *Financial Times* londrino, impresso em Tóquio, oito horas antes de os executivos de Londres receberem a mesma edição - exigindo, entre outras coisas, que a informação passe a ser comunicada *on-line* (p.26).

utiliza-se, em larga escala, de uma ideologia para construir a ambiência cultural⁸ necessária a este período particular do capitalismo, camuflado de pós-capitalismo.

Da mesma forma que o fordismo dependia de um sistema geral de regulamentação por parte do Estado, chegando a ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total⁹, também este momento histórico, com suas especificidades no âmbito do modo de produção, necessita de uma ideologia para que tais particularidades sejam aceitas e incorporadas¹⁰, e o neoliberalismo é a ideologia própria desta fase do capitalismo.

A lógica do pensamento neoliberal está na tensão entre a liberdade individual e a democracia. Para Hayek (1984), a maximização da liberdade está em se proteger o sistema de mercado, necessário e suficiente para a existência da liberdade individual. Assim, o mercado deve ser protegido contra o Estado e, também, da tirania das maiorias.

Para a teoria política neoliberal, o cidadão, através do voto, decide sobre bens que não são seus, gerando conflitos com os proprietários, pois este sistema consiste-se em uma forma de distribuição de renda. Hayek (1984) denuncia que a democracia faz um verdadeiro saque à propriedade alheia. Portanto, como, em muitos casos, não se pode suprimir, totalmente, a democracia (voto, partidos), o esforço dá-se no sentido de esvaziar seu poder.

Para Buchanan, McCormick, Tollison (1984)¹¹ a democracia e as regulações sobre o Estado são prejudiciais ao livre andamento do mercado, por isso, é preciso estabelecerem-se limites constitucionais contra as instituições democráticas vigentes,

⁸ Por nova ambiência cultural entende-se a produção da subjetividade necessária ao novo período de acumulação é a alteração na forma de vida objetiva e subjetiva.

⁹ Ver Gramsci (1989), mais especificamente o capítulo Americanismo e Fordismo.

¹⁰ Para Mészáros, a propaganda ideológica serve para camuflar os reais problemas da crise capitalista: "... ao mesmo tempo em que as contradições do mundo social se tornam mais fortes do que nunca, manifestando-se em escala cada vez mais global, são repetidamente declaradas 'superadas' ou prestes a ser 'ultrapassadas' - em uma sucessão interminável de construções ideológicas que metamorfoseiam, sob um novo rótulo 'pós', dissociado, a mesma racionalização apaziguadora, no momento mesmo em que sua versão anterior perde credibilidade" (Mészáros, 1996, p.31).

¹¹ Estes autores são vinculados à Escola de Virgínia, um dos pilares teóricos do neoliberalismo.

eliminando o voto, eliminando-se o voto¹², ou restringindo-se o seu impacto através da privatização e desregulamentação (Buchanan, 1982, p.171).

Contudo, é importante frisarmos que o Estado mínimo proposto é mínimo apenas para as políticas sociais, pois, na realidade, o Estado é máximo para o capital, porque além de ser chamado a regular as atividades do capital corporativo, no interesse da nação, tem, ainda, de criar um “bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para “pastagens” mais verdes e lucrativas (Harvey, 1989, p.160).

Outra característica marcante deste período de acumulação é a autonomia do sistema bancário e financeiro, acentuando o que Harvey (1989) chama de dinheiro sem Estado.

O mercado financeiro internacional “se expandiu de 50 bilhões de dólares em 1973 para quase 2 trilhões em 1987”. Esse processo modifica o equilíbrio de forças do capitalismo global, posto que os novos sistemas financeiros implementados a partir de 1972 deram muito mais “autonomia ao sistema bancário e financeiro em comparação com o financiamento corporativo, estatal e pessoal”(Harvey, 1989).

Chesnais (1997) adverte que é na produção que a riqueza é criada, mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a divisão e a destinação social dessa riqueza. O autor, observa, ainda, que a dinâmica específica das finanças se dá sob dois mecanismos: o a formação de capital fictício através da inflação dos valores ativos e o das transferências de riqueza efetiva para a esfera financeira, através, principalmente, do serviço da dívida pública. Portanto, “é altamente contraditório afirmar que o Estado é neutro quando se constata que $\frac{3}{4}$ do aumento da concentração de riqueza se devem às mudanças das leis fiscais” (Chesnais, 1997).

É importante destacarmos, ainda, que, esses mecanismos atingem “20% do orçamento dos principais países e são transferidos anualmente para a sua esfera financeira”

¹² A eliminação do voto é proposta pela Public Choice, pois, conforme Buchanan (1982, p.71): “se puede predecir que los politicos prefirirán proponer y apoyar medidas de política a corto plazo que aumentem su popularidad de cara a su elección o reelección que defender medidas a largo plazo cuyos resultados, aunque sean convenientes para el país, no son claramente percebidos por los electores y están lejanos en el tiempo. También prefirirán, en general apoyar medidas que impliquen mayor gasto público a medidas que aumenten los impuestos”.

(Chesnais, 1996). Como já apontamos, da mesma forma que cresceu o “mercado de dinheiro sem Estado”, por outro lado, “o aumento da competição internacional em condições de crescimento lento, forçou todos os Estados a se tornarem mais empreendedores”. Portanto, para manter um clima favorável aos negócios, os países tiveram que conter a força de trabalho organizada assim como os movimentos sociais (Harvey, 1989).

Verificamos, conseqüentemente, um duplo movimento em se tratando da redefinição do papel do Estado: se, por um lado, no processo de globalização, os Estados nacionais têm de se fortalecer para atuarem na correlação de forças internacional, por outro lado, está se expandindo, com uma velocidade cada vez maior, o “mercado de dinheiro sem Estado”, isso é, sem controle de nenhum governo nacional.

No entanto, frisamos que essa “mundialização do capital e a pretensão do capital rentista de dominar o movimento do capital, não eliminam a tarefa dos Estados nacionais de, mais do que nunca, assegurar a defesa da propriedade privada” (Chesnais, 1996 p.16). O que ocorreu, segundo Chesnais, foi um aprofundamento da diferença entre os que participam da dominação econômica e política do capital monetário rentista e os que sofrem essa dominação.

Nesse sentido, atentamos para as advertências de Netto (1996, p.99) sobre os perigos de se transporem, diretamente, “os processos ocorrentes nas áreas cêntricas do sistema para nossas latitudes tropicais”, pois “a reestruturação do capitalismo tardio, com trânsito à flexibilização e a pletera de transformações que lhes são conexas, não escapa à sociedade brasileira”. Segundo o autor, “as transformações societárias ora em curso são mediadas no Brasil pela inserção subalterna do país no sistema capitalista mundial (...) e pelas particularidades da sua formação econômico-social”.

Em cada país a intervenção do Estado dependerá das condições de reprodução destas relações assim como das condições de acumulação produtiva. No caso brasileiro, a formação do Estado nacional, verificam-se as marcas de o país ter sido colonizado por uma metrópole decadente e tardia em relação ao capitalismo na Europa. Assim, o Estado teve, desde sua gênese, os elementos ideológicos próprios de formações sociais que viveram um

capitalismo tardio, além da particularidade escravista e latifundiária que compôs a economia nacional naquele momento (Mazzeo,1997).

A história do Brasil é marcada pelo patrimonialismo, utilização do público para benefício privado, clientelismo e pelos pactos de conciliação entre as camadas dominantes. E, foi assim, também, na transição da ditadura para o período de transição democrática em que, mais uma vez, foi pactuado pelo alto, permanecendo no período de democratização o mesmo grupo dirigente da ditadura¹³.

O período de transição, ocorre em meio a uma crise do capital, portanto, a década de 80 na América Latina foi perpassada pelo fim das ditaduras e pela degradação econômico-social¹⁴. Nesta fase de transição vivemos a crise da dívida externa que provocou a crise fiscal no Estado brasileiro.

Atualmente, o problema da dívida permanece. A dívida do Estado brasileiro, que era de 61 milhões de reais em 1994, ano em que se iniciou o Plano Real, passou para 304 bilhões de reais em julho de 1998 (editorial da *Folha de São Paulo*, 24/09/98). A dívida externa era de 159.256 milhões em 1995 e, em março de 1998 era de 212.441 milhões (*Boletim do Banco Central do Brasil*, julho 1998 p.152). Portanto, a situação do Brasil continua sendo preocupante no que diz respeito à dívida externa e interna que continuam expandindo-se de forma geométrica, a dívida pública interna, comprometendo 36,5% do PIB em 1997 e, conforme projeções, chegará a 50% em 2003 (idem, p.91). Por

¹³ Baseamos essas afirmações nos estudos de Fernandes (1976), Mazzeo (19997) e Fiori (1995)

¹⁴ “Nas Américas, a ‘década perdida’ se viu concretizada na redução do PIB percapita. De 1980 a 1988 houve queda drástica na Argentina (de 3.359 para 2.862 dólares), no México (de 2.872 para 2.588) no Uruguai (de 3.2121 para 2.989), na Bolívia (de 983 para 724), no Peru (de 1.716 para 1.503), na Guiana (de 1.215 para 995), na Nicarágua (de 1.147 para 819) e na Costa Rica (de 2.394 para 2.235). Mas não foi perdida para todos: Chile aumentou o seu, de 2.448 para 2.518, assim como Bahamas (de 10.631 para 11.317) e Barbados (de 3.994 para 4.233). No Brasil, que viu seu PIB cair de 2.481 para 2.449 dólares, a década foi marcada por um aumento significativo do coeficiente de remessa das transnacionais para suas matrizes, de 42%(1971-1981) para 65% (1982-1991)) Enquanto isso, a massa de lucro das empresas transnacionais no país - mesmo com uma queda na taxa média de lucro, de 11.2% para 6.9%, no mencionado período - aumentou entre as duas décadas, passando de 19.1 para 20.7 bilhões de dólares” (Reinaldo GONÇALVES. “As transnacionais e a crise brasileira” Em: *Cadernos do Terceiro Mundo*, n. 159, março de 1993.” In DREIFUSS, 1996: nota p.12).

outro lado, verificamos queda na produção, tanto no setor industrial¹⁵ como na agricultura¹⁶.

Este quadro deve-se ao padrão de financiamento adotado pelo governo brasileiro que, pelo pagamento de altas taxas de juros, pelo volume alcançado e dos prazos de operações e liquidez, que só contribuem para a acumulação dos bancos e de segmentos sociais que se beneficiam com as operações efetuadas com títulos públicos.

O problema é também a natureza volátil e especulativa dos capitais que estão sendo aplicados no país e a insustentabilidade dos déficits comerciais, os quais foram gerados pela sobrevalorização da moeda e que são suportáveis apenas enquanto compensados na conta de capitais. Porém, esta compensação tem gerado uma inconsistência fiscal, provocada pela alta taxa de juros e pela diminuição da arrecadação. (Martins, 1998)

Além disso, a taxa real de juros elevada tem impacto sobre a dívida pública, o que significa uma grande transferência de capital para os investidores. Com estes dados, torna-se evidente que não se trata de Estado mínimo genericamente. É o Estado de classe, hegemonizado, pelas elites do setor financeiro, neste período particular do capitalismo e que se torna mínimo para as políticas sociais.

Estado evidentemente classista, também quando analisamos o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro)¹⁷. “O PROER facilita, através de vários mecanismos e recursos, a compra de instituições insolventes por outras aparentemente sólidas”¹⁸.

É no contexto apresentado que o Governo Fernando Henrique Cardoso propõe uma reforma do Estado brasileiro. Como vimos o diagnóstico da crise, no caso

¹⁵ A indústria nacional perdeu de 1994 a 1997 um mercado de 17,7 bilhões de dólares e 450 mil postos de trabalho, além de acumular um déficit comercial de mais de sete bilhões de dólares em 1996

¹⁶ Na agricultura os resultados não foram diferentes de 1993 a 1997 apenas a soja (destinada à exportação) teve um aumento de 20% na produção, os demais produtos (produzidos predominantemente por pequenos proprietários) todos tiveram baixa: milho -11,7%, arroz -7,0%, feijão -22,3% e trigo -5,8%. No ano de 1998, o Brasil teve que importar 10 milhões de toneladas de grãos estima-se que, como esta safra teve resultados piores do que dos anos anteriores, as importações chegarão a 15 milhões de toneladas. MARTINS José. Vidas Secas análise semanal da conjuntura econômica, 1998 dados coletados junto a CONAB - Companhia Nacional de abastecimento.

¹⁷ criado por resolução do CMN (Conselho Monetário Nacional) (nº2.208) e por Medida provisória (nº1.179) em 3 de novembro de 1995

brasileiro é a crise fiscal. Assim sendo uma das principais estratégias apresentadas é a reforma do Estado, tendo, para isso, inclusive, criado um Ministério - o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) -, que apresentou o Plano Diretor da Reforma do Estado (1995). De acordo com o documento, a reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, MARE,1995).

O documento aponta, ainda, que o Estado gerou distorções e ineficiências ao tentar assumir funções diretas de execução, e, neste sentido, “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado”(idem) .

Portanto, o documento apresenta um quadro¹⁹ que vamos reproduzir para maior visualização da divisão que propõe entre os setores do Estado, forma de propriedade e forma de administração:

Quadro 1

Setores do Estado	Forma de Propriedade			Forma de Administração	
	Estatal	Pública não estatal	Privada	Burocrática	Gerencial
NÚCLEO ESTRATÉGICO Legislativo, Judiciário, Presidência, Cúpula dos Ministérios, Ministério público					
ATIVIDADES EXCLUSIVAS Regulamentação, Fiscalização, Fomento, segurança Pública, Seguridade social Básica					
SERVIÇOS NAO EXCLUSIVOS Universidades, hospitais, centros de Pesquisa, museus					
PRODUÇÃO PARA O MERCADO Empresas estatais					

¹⁸ Idem p.180

¹⁹ MARE, 1995 p. 46

Além da privatização, as outras estratégias de reforma do Estado são a publicização e a terceirização. Terceirização, conforme Bresser Pereira, é o processo de se transferirem, para o setor privado, serviços auxiliares ou de apoio. A publicização consiste “na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta” (Bresser Pereira, 1997, p.7). O conceito de publicização significa “transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, pública, não-estatal” (idem). Conforme o Ministro Bresser Pereira, a educação está incluída nessa forma de propriedade:

*O Estado Social-Liberal, que é social porque mantém suas responsabilidades pela área social, mas é liberal porque acredita no mercado e contrata a realização dos serviços sociais de educação, saúde, cultura e pesquisa científica de organizações públicas não-estatais é que **financia a fundo perdido com orçamento público** (Bresser Pereira, 1996^a, p.14) (grifo nosso).*

Entendemos que há, aí, uma contradição, pois, conforme o Plano de Reforma, o Estado, tem fortalecidas suas funções de regulação e coordenação, particularmente em nível federal, mas, ao passar o controle político-ideológico para as organizações públicas não-estatais, apenas financiando-as²⁰, ele transfere, também a coordenação e a regulação dessas organizações para o mercado. Isso de acordo com declaração anterior do próprio Ministro, segundo a qual as atividades desse setor são competitivas. Assim sendo, quem as regula é o mercado e não o Estado.

Na realidade, o financiamento das OS ainda é um ponto obscuro no discurso do Ministro Bresser Pereira, segundo o qual esse suporte seria dado pelo Estado, mas a lei nº 9.637, de 1998, que dispõe sobre as Organizações Sociais, e o Programa Nacional de Publicização, em seu art. 12, apontam que: “Às organizações sociais **poderão** ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao contrato de gestão”. Portanto, se as OS terão a obrigatoriedade de investir seus excedentes financeiros no

²⁰ Conforme declaração do ministro é o Estado quem financia: O Estado Social-Liberal, que é social porque mantém suas responsabilidades pela área social, mas **é liberal porque acredita no mercado e contrata a realização dos serviços sociais de educação, saúde, cultura e pesquisa científica de organizações públicas não-estatais é que **financia a fundo perdido com orçamento público** (Bresser Pereira, 1996^a, p.14) (grifo nosso).**

desenvolvimento de suas próprias atividades e se os recursos orçamentários e bens públicos **poderão** ser destinados a essas organizações, OS, o que não significa que eles o serão. Isso torna a contradição apontada ainda mais complexa, pois, além de não ficar claro quem as financiará, também não é esclarecido a quem caberá sua coordenação e sua regulação. De acordo com o documento do MARE, elas serão feitas em parceria: transferir-se-á para o setor público não-estatal, por meio do programa de publicização, a “produção de serviços competitivos ou não exclusivos do Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e Sociedade para seu financiamento e controle” (Brasil, MARE, 1995, p.12)

Verificamos que permanecem obscuras as questões fundamentais: como será essa parceria? O que significa ser “assegurado pelo Estado e viabilizado pelo mercado”? No momento em que não fica claro quem financia, questionamos: como se pode afirmar que “está assegurado pelo Estado”? Assegurado para quem? Para todos? Para os que podem pagar? Qual será o papel do Estado em se tratando de políticas sociais, pois observamos, nos documentos e declarações, que o financiamento e a regulação estarão por conta da sociedade. Isso nos permite concluir que o Estado está querendo passar, para a sociedade, tarefas que deveriam ser suas, principalmente no âmbito de políticas sociais

O que está de acordo com os princípios de do plano pois “a administração pública gerencial vê o cidadão como contribuinte de impostos e como cliente de seus serviços” (*idem* p. 16). Portanto, a proposta de reforma do Estado não inclui todos os cidadãos, apenas o “cidadão-cliente”, isto é o consumidor. Pois, já que a lógica da administração gerencial é a do mercado, quem determina é o consumidor pelas leis do mercado, sendo portanto, um projeto assumidamente excludente.

A política educacional

No caso brasileiro, a atual política educacional é parte do projeto de reforma do Estado que, tendo como diagnóstico da crise, a crise do Estado, e, não do capitalismo, busca, racionalizar recursos, diminuindo o seu papel que se refere às políticas sociais. E, dá-se em um contexto em que a proposta do governo federal para fazer frente para a crise do capital baseia-se na atração de capital especulativo, com juros altos, o que tem aumentado as dívidas interna e externa, provocando uma crise fiscal enorme nos Estados e

municípios. Portanto, o governo propõe a municipalização das políticas sociais no exato momento em que os municípios têm, como principal problema, saldar as dívidas para com a União e, assim, não têm como investirem em políticas sociais. Isso nos leva a crer que a proposta de descentralização apresentada pela União consiste-se, em todos os sentidos, em um repasse, para a sociedade, das políticas sociais. Portanto, o que aparentemente seria uma proposta de Estado mínimo, configura-se como realidade de Estado mínimo para as políticas sociais e de Estado máximo para o capital.

Ao analisarmos os projetos de política educacional constatamos que a redefinição do papel do Estado está se materializando nessa política, principalmente através de dois movimentos:

- de contradição Estado mínimo/Estado máximo, que se apresenta nos processos de centralização /descentralização dos projetos de política educacional;
- no conteúdo dos projetos de descentralização.

O movimento de centralização/descentralização da atual política educacional, no qual é descentralizado o financiamento e centralizado o controle, é parte da proposta de redefinição do papel do Estado, como podemos constatar no *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* .

Verificamos que, por um lado, o governo federal, com essas reformas, vem se desobrigando do financiamento das políticas educacionais, pois tem que racionalizar recursos, mas, por outro lado, ele objetiva centralizar as diretrizes, principalmente mediante parâmetros curriculares nacionais e avaliação das instituições de ensino. Definir-se o que vai ser ensinado em todas as escolas do País e ter-se o controle, por meio da avaliação institucional, tornam-se aspectos estratégicos neste período particular do capitalismo, pois, afinal, como ressalta Mészáros:

Além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção da estrutura de valores dentro da qual

os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente (Mészáros,1981).

Verificamos que os empresários tinham muito presente que as relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente, quando afirmaram, no Seminário *Ensino Fundamental e Competitividade Empresarial*,²¹ que, mais do que gerir escolas, interessava-lhes imprimir a lógica de mercado na política educacional.

Constatamos que as justificativas para se reformar o Estado têm, como premissa, a crise fiscal e, que, mais do que uma crise fiscal, estamos em meio a uma grande crise do capital. A crise fiscal é apenas uma das facetas dessa crise, e, portanto, toda a estratégia de reforma do Estado proposta, além de resolver só parte do problema, fragiliza o Estado no que se refere às políticas sociais.

Essa é uma questão básica, pois os projetos de política educacional estão baseados nessa premissa, a de crise fiscal, e, portanto, propõem a racionalização de recursos, sendo a descentralização parte da estratégia para se atingir esse fim.

De acordo com a caracterização do IPEA, a descentralização pode ser restrita ao aparelho de Estado, dando-se tanto de uma esfera de governo para outra, como no interior da mesma esfera de governo. No segundo caso, ela se dá através da privatização no sentido estrito, da terceirização de serviços de apoio à Administração Pública, da transferência da exploração de um serviço público da administração pública para a gestão privada através dos institutos da concessão e da permissão (publicização, no enfoque do MARE), da participação da população nas decisões coletivas, no planejamento e gestão dos serviços públicos e no controle social das autoridades, instituições e organizações governamentais ou, ainda, a descentralização ampla combinando todas essas formas descritas. (Brasil, IPEA, 1994)

²¹ OLIVEIRA, João Batista Araújo, CASTRO Cláudio de Moura (org.). 1993. *Ensino Fundamental & Competitividade Empresarial uma proposta para ação de governo* São Paulo; Instituto Herbert Levy.

Verificamos que o Plano Diretor da Reforma do Estado, encaminhado pelo MARE, propõe a descentralização sob esse mesmo enfoque, a publicização e a terceirização.

Todavia, dentre as alternativas do conteúdo da descentralização propostas pelo IPEA, estão a da participação da população na gestão pública e a do controle social. Contudo, verificamos que esse conteúdo não está presente na proposta de descentralização contida no Plano Diretor de Reforma do Estado de autoria do MARE .

O mesmo constatamos quanto às políticas educacionais de caráter nacional, sendo que ao analisarmos seus principais projetos, averiguamos que:

- o projeto do FUNDEF está inserido na proposta de descentralização de uma esfera de governo para a outra;
- a elaboração dos projetos de Avaliação Institucional e dos Parâmetros Curriculares Nacionais foi terceirizada;
- O projeto de autonomia na escola, principalmente através das unidades executoras, já é um embrião das organizações sociais na educação.

Constatamos aqui, mais uma vez, a contradição centralização/descentralização, já que os PCN e a Avaliação foram centralizados, como já mencionamos, como uma forma de controle, mas ao mesmo tempo eles foram descentralizados, entendendo descentralização como terceirização e não como participação e controle social dos setores representativos da área da educação.

Apontamos, ainda, para o riscos de que os próximos estágios sejam a publicização²² e a privatização no sentido estrito, principalmente:

- pela estratégia adotada pelo governo brasileiro de saída para a crise, que, como analisamos, aponta para a minimização das políticas sociais, enquanto o Estado atende às demandas do capital, principalmente as do especulativo, e

²² Publicização, neste caso , como o proposto pelo MARE, no sentido da transferência da gestão da administração da esfera pública para a privada e não como o processo de tornar público, como nos referimos no cap. 3, que a educação foi publicizada.

- porque, no plano do MARE (1995), as políticas sociais e, dentre elas, a educacional, não serão consideradas atividades exclusivas do Estado, nem pertencentes ao seu núcleo estratégico, e, que, portanto, a forma de propriedade proposta não é a estatal, mas a pública não estatal e a privada, como verificamos no Quadro 1.

Destacamos ainda, que, com o FUNDEF, o governo federal propõe uma descentralização de responsabilidades e não de recursos; pois, com a emenda constitucional que propôs o FUNDEF, esse governo diminui sua contribuição financeira para com o ensino fundamental, tendo-se como referência aquela prevista na Constituição, antes da emenda.

Com essa emenda, ainda, o governo acaba com a proposta de educação básica, que é composta pelos ensinos pré-escolar, fundamental e médio, e também com a educação de jovens e adultos, no momento em que determina que os Estados e municípios deverão financiar o ensino fundamental em detrimento dos outros. Pelo autoritarismo dessa medida, verificamos que o governo centraliza as decisões de política e gestão também no que se refere ao financiamento da educação, pois estabelece que não cabe mais, aos municípios, decidir sobre onde aplicar grande parte de seus recursos.

Isso tudo apesar do discurso oficial de descentralização e de autonomia da escola. A descentralização proposta é, apenas, no sentido de se responsabilizarem os municípios pelas matrículas do ensino fundamental. Observamos aqui, mais uma vez, a tensão centralização/descentralização, no momento em que a definição de gestão dos recursos é mais centralizada do que antes da proposta da emenda.

Verificamos, assim, como a atual proposta de política educacional é parte de projeto de Reforma do Estado no Brasil²³ e como seus pilares básicos autonomia da escola, Avaliação Institucional, Parâmetros Curriculares Nacionais, FUNDEF, são parte da tensão centralização/ descentralização, Estado mínimo/Estado máximo em que o Estado passa a ser o coordenador e não mais o executor, se tornando mínimo para as políticas sociais e repassando para a sociedade tarefas que eram suas.

²³ Assim como do Banco Mundial que também possui orientação neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL Ministério da Administração e Reforma do Estado *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*, Brasília, 1995.

BRESSER PEREIRA, L. C. *Crise Econômica e reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: editora 34, 1996

_____ *A reforma do Estado dos anos 90 crise e reforma*. Via <http://www.mare.gov.br/reforma>, 3 jun.1997.

BUCHANAN, James, MCCORMICK Robert, TOLLISON, Robert *El analisis economico de lo politico lecturas sobre la Teoria de la elección publica*. Madrid: Instituto de estudios economicas, 1984

CHESSNAIS, François . *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESSNAIS, François. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã. pp.7-34, 1997.

DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FIORI, José Luís. 1995. *O vôo da coruja* uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EDUERJ.

HARVEY, David *Condição Pós Moderna*, 4 ed. São Paulo: Loyola, 1989.

HAYEK_____. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Livraria O Globo,1984.

MARTINS, José. *Vidas Secas análise semanal da conjuntura econômica*, São Paulo, maio 1998.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil* origens da autocracia burguesa. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MÉSZAROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

----- *O poder da Ideologia* São Paulo: Ensaio, 1996.

NETTO, José Paulo. 1993. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez (Coleção Questões da nossa época; v. 20)

TAVARES, Maria da Conceição, FIORI José Luís. 1993. *Desajuste global e a modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra.